

Relatório  
e  
Contas da Direcção  
e  
Parecer do Conselho Fiscal  
2011

## **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

### **CONVOCATÓRIA**

Nos termos do artigo 35º, nº2 dos Estatutos, convoco para o próximo dia 30 de Março de 2012, pelas 20:30 h, no edifício da Rua Gonçalves Crespo, 62, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária dos Cooperadores desta Sociedade, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **Período de antes da Ordem do Dia:**

- 1- Informações da Direcção
- 2- Intervenções de Cooperadores.

#### **Período da Ordem do Dia:**

Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2011.

Não havendo, à hora marcada, número de Cooperadores que perfaçam o quorum estabelecido no artº 38º dos Estatutos, a Assembleia reunirá uma hora depois, no mesmo local, com qualquer número de Cooperadores.

De acordo com as disposições legais aplicáveis, os documentos relativos à ordem de trabalhos da assembleia podem ser consultados pelos Cooperadores na sede social - Serviço de Atendimento - e na delegação do Porto, dentro das horas normais de expediente, a partir da data da convocatória anexa. Estes documentos podem, também, ser consultados, via Internet, no site da SPA - [www.spautores.pt](http://www.spautores.pt) -.

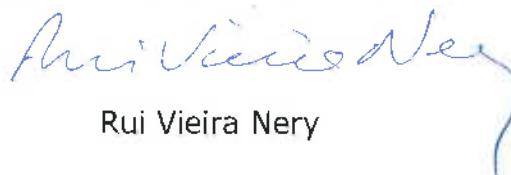
O direito de voto pode exercer-se, de acordo com o artigo 41º dos estatutos:

- pessoalmente
- por representação
- por correspondência

No caso de voto por representação, este pode ser delegado em qualquer outro Cooperador, nos termos do mandato anexo. No caso de voto por correspondência, a carta, dirigida ao Presidente da Assembleia, no envelope RSF, deve indicar expressamente o sentido de voto quanto aos dois pontos da Ordem de Trabalhos.

Lisboa, 15 de Março de 2012

O Presidente da Assembleia Geral

  
Rui Vieira Nery

# RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

## **SPA DEFINIU E CUMPRIU ESTRATÉGIA PARA ENFRENTAR A DUREZA DA CRISE**

O ano de 2011, a que o Relatório e Contas da SPA se refere, foi já fortemente condicionado pela crise global que se agudizou sobretudo no segundo semestre do período em apreço, em consequência do crescente número de falências de estabelecimentos dos sectores da restauração e da hotelaria.

Como seria inevitável num contexto com esta gravidade, reduziram-se os consumos culturais e consequentemente a capacidade de cobrança por parte dos serviços da SPA, seja a nível central, seja de forma descentralizada através da intervenção das Delegações que operam desde o norte do país até às Regiões Autónomas.

Não obstante esta conjuntura preocupante, pode afirmar-se que a SPA tomou as medidas adequadas para conseguir reduzir o impacto desta crise estrutural.

Nesse sentido, importa destacar o grande investimento que foi feito na criação de uma nova rede de Delegações por todo o país, bem como na conclusão do processo de instalação do novo sistema informático. As Delegações passaram a funcionar com base num diferente modelo, que assenta agora numa relação directa dos delegados com a instituição-sede, tendo-se abandonado a lógica comissionista que prevaleceu durante décadas.

Em 2011, a SPA adoptou as medidas consideradas ajustadas para poder dar resposta a um conjunto de problemas e dificuldades nunca antes conhecidas com tal dimensão. Estas medidas obtiveram sempre o apoio unânime da Direcção e dos restantes Corpos Sociais, no quadro de uma gestão aberta e activamente participada. As contas da Sociedade do ano de 2011 fecharam com um resultado líquido positivo de 532.406 €, apesar da redução de 4,7% verificada no

*SR*

volume de cobranças em relação a 2010, o que se justifica com o substancial agravamento da situação social e económica do país.

Entretanto, merecem destaque as reduções conseguidas, graças a uma gestão rigorosa e contida, no que toca aos gastos com o pessoal. Deve igualmente ser realçado o facto de os juros das aplicações financeiras terem registado um acréscimo da ordem dos 85%, o que se traduz num aumento desse resultado de 586.113 € para 1.092.054 €.

O ano em referência tornou, por outro lado, evidente a degradação das condições de vida da esmagadora maioria dos autores portugueses, que passaram a ter menos encomendas, menos espectáculos e a lidar com atrasos cada vez maiores no pagamento da facturação correspondente às suas obras e actuações. Por isso aumentou significativamente o número daqueles que se viram forçados a recorrer a mecanismos assistenciais da cooperativa, vertente que não mais deixou de se acentuar e que continua a estar presente, por vezes de forma dramática, no ano em curso.

Mas, 2011 foi também um tempo de consolidação da presença da SPA no espaço mediático, designadamente através da segunda edição da Gala do Prémio Autores, de mais uma série de programas na TVI 24 e da presença regular na antena da TSF, as quais irão ser retomadas em meados de 2012. Esta presença revelou à opinião pública uma SPA mais moderna, mais operante e mais bem preparada para os grandes desafios colocados pela revolução tecnológica em curso.

É sabido que uma SPA credível e prestigiada reforça, naturalmente, a sua capacidade negocial e também a sua influência e aceitação em sectores tão relevantes como as forças policiais ou as magistraturas.

Consciente de que a inevitável redução do valor das cobranças efectuadas só pode ser compensada com o aumento do poder negocial junto dos grandes e médios operadores, a Direcção aprovou,

por proposta do Conselho de Administração, a criação da Área de Gestão de Contratos, a qual permitiu aumentar o valor das cobranças, identificar novos operadores e delinear novas estratégias negociais destinadas a aumentar os valores positivos contabilizáveis.

Tendo sido formado um novo governo em Julho de 2011, o Conselho de Administração envidou, de imediato, esforços no sentido de transmitir aos novos titulares do poder político as suas reivindicações e expectativas. Em duas reuniões realizadas com o secretário de Estado da Cultura, foi enfatizada a urgência da entrada em vigor da nova Lei da Cópia Privada, da nova legislação anti-pirataria, da nova Lei do Cinema e de formas mais dinâmicas de relacionamento com a IGAC – Inspeção Geral das Actividades Culturais.

No final de 2011, não se tinham ainda verificado nenhuns resultados práticos das diligências efectuadas neste domínio, transferindo-se as principais expectativas para o ano de 2012. A cordialidade no relacionamento nem sempre corresponde, no plano político, à concretização dos anseios mais justos e legítimos. Espera, todavia a Direcção que este relacionamento possa conduzir a resultados práticos que vão ao encontro dos legítimos desejos dos autores portugueses.

Foi com apreensão que a Direcção assistiu à paralisação do processo de instalação do Gabinete de Exportação de Música Portuguesa, que o secretário de Estado entretanto anunciou que iria ser reformulado, com um previsível alargamento à área do audiovisual. Até ao momento, porém, nem gabinete nem alargamento.

Por outro lado, a SPA manteve contactos regulares com os grupos parlamentares da Assembleia da República, com o objectivo de fazer avançar a nova Lei da Cópia Privada, desígnio que ficou por cumprir até ao final do ano e que permanece envolvido num clima de

Handwritten initials: "H S"



incerteza.

### **SITUAÇÃO INTERNACIONAL:**

#### **PRESENÇA REFORÇADA E PRESTÍGIO**

Durante o ano de 2011, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, a SPA consolidou a sua posição na cena internacional, fazendo ouvir a sua voz em importantes reuniões da CISAC e do GESAC, e também nas assembleias do CIADLV, cujo Comité Executivo integra. De destacar, igualmente, a presença e a intervenção dinâmica da SPA na assembleia anual dos Encontros Lusófonos de Sociedades de Autores, estrutura fundamental para se dinamizar a cooperação entre sociedades irmãs ou sociedades congéneres no espaço lusófono.

De salientar ainda que a SPA apresentou em Praga uma candidatura para a realização do Comité Europeu da CISAC, em Abril de 2012, a qual foi aceite por unanimidade, devendo constituir um intenso momento de reflexão e debate sobre o futuro do direito de autor no continente europeu.

#### **CONTAR COM OS TRABALHADORES, PREMIAR O MÉRITO**

No que diz respeito à relação com os trabalhadores da cooperativa, não permitindo a situação económica e social do país efectuar aumentos salariais, insistiu-se no reforço do apoio social aos funcionários, designadamente através do reforço do subsídio atribuído ao CCD, que aumentou para o dobro, a preço reduzido, o número de refeições servidas diariamente. Na mesma linha de pensamento a acção, o tradicional jantar de Natal foi substituído pela distribuição de um cabaz natalício, medida mais abrangente e concreta que foi ao encontro dos anseios da maioria dos trabalhadores da cooperativa. Por outro lado, foram mantidas todas as medidas de carácter social já em vigor como forma de apoiar

quem trabalha nesta casa.

Ainda neste domínio, saliente-se o facto de continuar em fase de concretização o Plano de Carreiras e de se apontar como objectivo prioritário a manutenção dos postos de trabalho, facto do qual a Direcção considera que os trabalhadores se encontram conscientes, convém, a este nível, referir que a SPA foi em 2011, das poucas sociedades de autores que não efectuaram despedimentos, contrariando assim uma tendência manifestada e concretizada por sociedades muito mais ricas e influentes.

### **MAIS E MELHOR ATENDIMENTO**

O ano de 2011 foi igualmente marcado pelo aumento significativo do número de atendimentos efectuados e pelo aumento da qualidade do serviço prestado a esse nível. Esta é a primeira linha da relação diária e continuada com os associados e com as suas situações específicas. Daí a atenção constante a este sector de importância prioritária.

A Direcção da SPA está consciente de que a qualidade e eficácia do atendimento são fundamentais, tanto na sede como nas Delegações, para agilizar procedimentos e para se criar uma imagem mais moderna e dinâmica de uma instituição que tem de ganhar a batalha do futuro.

### **COMUNICAÇÃO DE QUALIDADE, IMAGEM FORTALECIDA, PRESTÍGIO REFORÇADO**

No balanço da actividade desenvolvida em 2011, deverá destacar-se a continuidade do investimento feito numa política de comunicação que nada tem de comparável com a prática do passado, incluindo o passado mais recente. Todas as semanas os cooperadores recebem seja por "email", seja através do portal informático da cooperativa



seja em suporte de papel, nos casos em que tal ainda seja necessário, informação detalhada sobre todos os aspectos relevantes da actividade da SPA, nada sendo subtraído ao conhecimento do universo dos autores que servimos.

Essa estratégia de comunicação passou, em 2011, de forma notória, pela presença regular da SPA no espaço televisivo e no espaço radiofónico, designadamente na TVI 24, na TSF e na Gala do Prémio Autores no CCB. A Direcção da SPA tem a convicção de que esta política de comunicação tem contribuído, significativamente, para reforçar a coesão dos autores, para estreitar a sua relação com a cooperativa e para fortalecer e expandir a imagem e o prestígio da instituição.

### **PROMOVER E APOIAR A CULTURA**

#### **DE FORMA COERENTE E DESCENTRALIZADA**

Outro dos aspectos salientes da actividade desenvolvida em 2011 foi o apoio à criação cultural, através do Fundo Cultural, o qual permitiu apoiar mais algumas dezenas de projectos provenientes de diversas áreas de criação. Essa prática e essa prioridade serão mantidas desde que, por razões alheias à cooperativa, não venha a ser posta em causa a sustentabilidade daquele fundo.

Apesar das restrições orçamentais impostas em 2011, o volume de exposições, de colóquios, de sessões de apresentação de obras e de outros eventos culturais não abrandou, tanto na sede como na cidade do Porto, o que significa que a SPA voltou a ser, mais uma vez, um pólo dinâmico e criativo de oferta cultural, não se limitando a funcionar como uma mera empresa de gestão colectiva do direito de autor. Realce ainda para os protocolos celebrados e dinamizados por todo o país, o que permitiu reforçar a ligação da SPA às estruturas da sociedade civil e a sua presença na vida colectiva do país, também numa perspectiva de descentralização que não pode deixar de ser

sublinhada.

Ainda no domínio da actividade cultural, merece pleno destaque a Gala de Homenagem ao Fado, realizada em Novembro de 2011, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, poucos dias antes da divulgação do triunfo da candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade. Esta Gala deu sequência à dedicada, em 2010, ao Pop-Rock português e antecipa a que irá ser realizada em 2012 e nos anos seguintes, sempre com linhas temáticas diversificadas.

### **PRESENÇA DA SPA NA PRESIDÊNCIA DA AGE COP**

Refira-se, entretanto, o papel que a SPA continuou a desempenhar na presidência da AGE COP, batendo-se aí pela nova Lei da Cópia Privada e pela manutenção dos valores indispensáveis para a existência e continuidade, por exemplo, do Fundo Cultural, o qual já permitiu apoiar, em três anos, mais de uma centena de projectos de praticamente todas as áreas da criação.

### **SPA NÃO ABDICA**

#### **DA PRIMAZIA DO DIREITO DE AUTOR**

O ano de 2011 foi também marcado pela luta justa e inadiável da SPA pela afirmação do carácter primário e prioritário do Direito de Autor em relação aos direitos conexos, os quais, sobrepondo-se frequentemente ao direito fundador, que é o direito de autor, têm vindo a contribuir para uma saturação do mercado com milhares de utilizadores a sentirem-se esgotados e revoltados por um excesso de cobranças dispersas que agravam, por exemplo, a já tão precária situação da indústria hoteleira e da restauração. A SPA tem a consciência de ter dado todos os passos necessários no sentido de viabilizar a criação de um guiché único para as cobranças, o qual acabou por não se concretizar devido a uma sistemática posição

obstaculizadora por parte das entidades que cobram direitos conexos.

Em 2011, a SPA não abdicou nem irá abdicar no futuro da afirmação da primazia do direito de autor relativamente aos direitos conexos, inequivocamente subalternos no que toca aos montantes cobrados, bastando ter como referência, a este nível o que acontece no Brasil.

### **AUSTERIDADE, RIGOR E SOLIDARIEDADE**

O ano a que este relatório se refere foi marcado pela austeridade e pelo realismo, já que a Direcção da SPA nunca deixou de estar consciente, neste primeiro ano do seu mandato, de que está a enfrentar um dos períodos mais sombrios e dramáticos da história da cooperativa.

Foi um ano em que se manteve e reforçou a coesão dos autores em torno da instituição que os representa e em que, sem prejuízo da vitalidade democrática da cooperativa, deixaram de ter expressão as vozes críticas que, representando perspectivas e interesses definitivamente arredados dos horizontes da cooperativa, ficaram reduzidas à sua real dimensão.

Tem a Direcção a consciência de que, mais do que nunca, os autores deverão estar unidos em torno da SPA, nunca confundindo o essencial com o acessório e reforçando os mecanismos de solidariedade e apoio dos quais depende, em larga medida, o futuro desta casa a caminho de se tornar centenária.

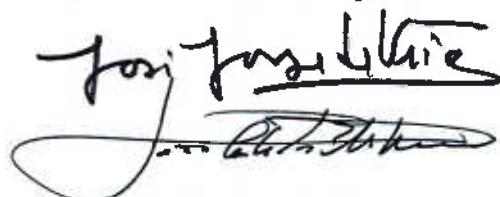
O ano de 2011 foi ainda um tempo de aposta estratégica na modernidade e no rejuvenescimento, embora se tenha a exacta noção de que neste domínio há ainda muito a fazer e de que deverão ser criadas formas de atracção e fidelização de novos autores que possam vir a constituir-se como garantia do futuro desta instituição, do seu prestígio e da sua representatividade. Para os defender tudo foi feito em 2011, desde as intervenções junto dos decisores políticos

até às acções de formação junto das forças policiais e da magistratura, sempre com a convicção de que o combate pela defesa do direito de autor passa pela criação de uma nova mentalidade dos consumidores, sobretudo numa época de revolução tecnológica em que se propaga perigosamente a ideia de que os bens culturais são para consumo gratuito, contrariamente ao que sucede com os restantes.

Este foi ainda um ano em que a SPA compreendeu com clareza quem são aqueles com quem pode ou não contar, tendo ficado ciente de que, mesmo no meio em que deveria predominar a sociedade institucional e a cooperação, há quem se obstine em antagonizar a SPA, por ser a mais forte e representativa instituição do sector, com a ilusão enganadora de que enfraquecendo-a poderão ter benefícios materiais e partilhar novos poderes. A todos a SPA deixou bem claro, no ano que terminou, que a sua posição é sólida, a sua firmeza é inabalável, a sua unidade interna é indestrutível e que não haverá ambição arrivista mascarada de ligeireza tecnicista que fragilize uma instituição com 25 mil associados e 87 anos de existência que não se confundirá com arremedos de vão de escada aos quais faltarão sempre asas para conseguirem voar acima do nível do chão, mesmo tentando tirar partido dos favores da lei.

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

A Direcção propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2011, de 532.406 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.



Lisboa, Março 2012

A Direcção da SPA

## Actividades Culturais Janeiro a Dezembro de 2011

### JANEIRO

**Dia 13 – Edifício da Duque de Loulé – 18h00**

Cerimónia para colocação de placa de homenagem aos autores da República

**Dia 19 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Lançamento do livro “Coreto” do Maestro Jorge Costa Pinto

**Dia 27 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa - “Harpa, Cravo, Oboé e Trompa”

### FEVEREIRO

**Dia 4 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Sob o título “O Dia dos Prodígios - do Romance ao Palco”

**Dia 17 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa - “Piazzolla e Schumann”, violino, viola, violoncelo e piano

**Dia 21 - CCB - 21h00**

Gala Prémio Autores SPA/RTP 2011

**Dia 24 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Sob o título “Telenovelas: da Escrita ao Ecrã”

### MARÇO

**Dia 21 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h00**

Sessão comemorativa do Dia Mundial da Poesia, com José Fanha



**Dia 22 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Lançamento do CD “Quem foi que te fez Fado?”, de Miguel Brito Rebelo e Rui Rocha

**Dia 24 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa - “Contrastes de Béla Bartók”, violino, clarinete e piano

**Dia 31 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Sob o título “Como Nasce Uma Canção”

**ABRIL**

**Dia 7 - Sala Carlos Paredes - 18h00**

Inauguração da exposição comemorativa do 25 de Abril “Testemunhos de Memória - Abril das Chegadas, Abril dos Artistas”, do fotógrafo Carlos Gil

**Dia 15 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 15h00**

Reunião do IBBY – Federação Mundial do Livro Infanto-Juvenil

**Dia 19 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h00**

Lançamento do livro “Escritos de Palco” da autoria de Leandro Vale.

**Dia 28 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Sob o título “Perfinst – Teatro, Instalação ou Performance?”

**MAIO**

**Dia 5 - Sala Carlos Paredes - 18h00**

Inauguração da exposição evocativa dos oitenta anos do nascimento de Michel Giacometti - “Michel Giacometti, 80 anos 80 imagens”

**Dia 5 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa – Quinteto de Sopros e Quarteto de Cordas



**Dia 11 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão comemorativa do Centenário de Gustav Mahler, com António Cartaxo

**Dia 20 - Sala Carlos Paredes**

Comemorações do Dia do Autor Português – 86º Aniversário da SPA

**Dia 26 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Sob o título “A Técnica de Meisner – O Ator e a Personagem”

**JUNHO**

**Dia 2 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa – Trio de Madeiras e Quarteto de Cordas

**Dia 17 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 14h30**

Reunião do IBBY – Federação Mundial do Livro Infanto-Juvenil

**Dia 20 - Sala Carlos Paredes - 18h00**

Inauguração da exposição evocativa da vida e obra da escritora Matilde Rosa Araújo – Matilde Rosa Araújo “O Destino das Fadas”

**JULHO e AGOSTO**

**Não tivemos actividades.**

**SETEMBRO**

**Dia 15 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa – “Trios Franceses”, violino, violoncelo, piano

**Dia 21 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h00**

Projecção da peça “A Filha Rebelde” de Margarida Fonseca Santos

**Dia 22 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo “Autores falam de Autores” - Maria Alzira Seixo falou de Alves Redol e Manuel da Fonseca

**Dia 29 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Sob o título “A Aventura de Fazer Rir – Stand up Comedy ou Improvisação?”

**OUTUBRO**

**Dia 13 - Sala Carlos Paredes - 18h00**

Inauguração da exposição evocativa a José Niza, “E Depois do Adeus – História de uma Canção de Abril”

**Dia 14 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

2º visionamento da peça “A Filha Rebelde” de Margarida Fonseca Santos

**Dia 24 – Auditório Maestro Frederico de Freitas – 18h30**

Sessão da Associação Abril - “A memória no feminino”, sobre o tema “As mulheres e a 1ª República”, por Ana Vicente

**Dia 25 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do ciclo “Autores falam de Autores” - Baptista-Bastos falou de Fialho de Almeida

**Dia 28 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa - “No Bicentenário do Nascimento de Franz Liszt”, violino e piano

**NOVEMBRO**

**Dia 3 – Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Sob o título “Atrás da Máscara”

**Dia 7 - Aula Magna - 21h00**

Homenagem ao Fado

**Dia 14 – Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão da Associação Abril - “A Memória no feminino”, sobre o tema “As lutadoras da resistência”

**Dia 17 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Lançamento do livro “Sérgio Godinho e as 40 Ilustrações”, de Sérgio Godinho, pela Editora Abysmo

**Dia 18 - Sala Carlos Paredes - 18h30**

Lançamento do CD “Cantos da Babilónia” de Pedro Osório

**Dia 21 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do ciclo “Autores falam de Autores” - Tiago Torres da Silva falou de Amália Rodrigues

**Dia 25 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa - “No Centenário do Nascimento de Nino Rota”, violino, contrabaixo e piano

**Dia 28 - Sala Carlos Paredes - 18h00**

Entrega dos Prémios do Pen Clube Português

**Dia 29 – Auditório Maestro Frederico de Freitas – 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Sob o título “Teatro para a Infância”

**DEZEMBRO**

**Dia 5 – Auditório Maestro Frederico de Freitas – 18h30**

Sessão da Associação Abril - “A Memória no feminino”, sobre o tema “Maria de Lourdes Pintasilgo, a política da diferença”

**Dia 19 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30**

Sessão do Ciclo Jaime Salazar Sampaio “A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”  
Dedicado ao filme “Sangue do meu Sangue”

**Dia 21 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 11h00**

Visita de estudo da Associação de Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro,  
seguida de palestra proferida pelo Dr. Lucas Serra

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**E ANEXO**

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2011	2010
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	6	8.856.546	9.148.577
Propriedades de investimento	7	717.924	741.886
Activos intangíveis	8	1.584.494	1.296.078
Participações financeiras - outros métodos		78	78
Total do activo não corrente		<u>11.139.042</u>	<u>11.186.619</u>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Cientes	10	9.486.743	8.818.027
Adiantamentos a fornecedores	11	1.414.393	1.422.590
Outras contas a receber	12	500.964	2.205.436
Diferimentos	13	54.885	81.335
Caixa e depósitos bancários	4	33.099.301	30.587.413
Total do activo corrente		<u>44.556.286</u>	<u>43.114.801</u>
Total do activo		<u>55.695.328</u>	<u>54.301.420</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	14	12.846	12.337
Reserva legal	14	77.024	73.784
Reservas estatutárias	14 e 27	2.393.187	2.664.661
Resultados transitados	14	(11.824.098)	(12.571.333)
Outras variações no capital próprio	7 e 14	97.875	97.875
		<u>(9.243.167)</u>	<u>(9.722.676)</u>
Resultado líquido do exercício		532.406	747.235
Total do capital próprio		<u>(8.710.761)</u>	<u>(8.975.441)</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	15	1.058.747	1.193.114
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	3.599.965	4.598.791
Total do passivo não corrente		<u>4.658.712</u>	<u>5.791.905</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	11	45.374.882	43.213.272
Cientes facturas em recepção e conferência	10	11.672.542	11.328.209
Estado e outros entes públicos	17	944.654	688.740
Outras contas a pagar	18	1.623.067	1.798.685
Diferimentos	13	132.232	456.050
Total do passivo corrente		<u>59.747.377</u>	<u>57.484.956</u>
Total do passivo		<u>64.406.089</u>	<u>63.276.861</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>55.695.328</u>	<u>54.301.420</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Silvia Maria Ferreira Almeida*

A DIRECÇÃO

*José Manuel*  
*José Manuel*

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços prestados	19	7.506.942	7.687.973
Subsídios à exploração	13	-	252.700
Trabalhos para a própria entidade	8	266.685	104.696
Fornecimentos e serviços externos	20	(1.872.153)	(1.889.744)
Gastos com o pessoal	21	(6.368.045)	(6.670.954)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	12	(25.610)	(24.786)
Provisões ((aumentos) / reduções)	15	168	765.039
Outros rendimentos e ganhos	22	1.012.007	757.877
Outros gastos e perdas	23	<u>(414.963)</u>	<u>(340.098)</u>
Resultado antes de depreciação e de amortização, gastos de financiamento e impostos		105.031	642.703
Gastos de depreciação e de amortização	24	<u>(610.602)</u>	<u>(425.507)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(505.571)	217.196
Juros e rendimentos similares obtidos	25	1.092.054	586.113
Juros e gastos similares suportados	25	(54.077)	(56.074)
Resultado líquido do exercício		<u><u>532.406</u></u>	<u><u>747.235</u></u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Silvia Lucia FERREIRA Almeida*

A DIRECÇÃO

*[Assinatura]*



**SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Montantes expressos em Euros)

		Capital próprio atribuído aos detentores do capital						
Notas	Capital realizado	Reserva legal	Reservas estatutárias	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	
	11.681	68.194	2.949.225	(15.150.487)	-	44.981	(12.075.406)	
Saldo em 1 de Janeiro de 2010								
Aumentos	850	4.500	1.493.250	2.534.173	-	-	4.032.893	
Diminuições	(194)	-	(1.777.814)	-	-	-	(1.778.008)	
Casa Reborção Navarro	7 e 14	-	-	-	97.875	-	97.875	
Aplicação do resultado de 2009	14	-	-	44.981	-	(44.981)	-	
Resultado líquido do exercício	856	4.500	(284.564)	2.579.154	97.875	(44.981)	2.392.730	
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	12.337	73.784	2.664.681	(12.571.333)	97.875	747.235	(8.975.441)	
Aumentos	800	3.240	1.659.897	-	-	-	1.663.737	
Diminuições	(91)	-	(1.931.372)	-	-	-	(1.931.463)	
Aplicação do resultado de 2010	509	3.240	(271.475)	747.235	-	(747.235)	-	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	747.235	-	(747.235)	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	12.846	77.024	2.393.187	(11.824.098)	97.875	532.406	(8.710.761)	

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Silvia Maria Ferreira Almeida*

A DIRECÇÃO

*Fernando José de Sousa*

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		35.994.146	37.771.245
Pagamentos a fornecedores		(27.559.564)	(33.093.829)
Pagamentos ao pessoal		(6.384.193)	(6.651.168)
Caixa gerada pelas operações		<u>2.050.389</u>	<u>(1.973.752)</u>
Outros recebimentos / (pagamentos)	9 e 15	1.329.918	712.890
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u><u>3.380.307</u></u>	<u><u>(1.260.862)</u></u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		<u>(295.831)</u>	<u>(85.505)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		<u>994.215</u>	<u>500.306</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u><u>994.215</u></u>	<u><u>500.306</u></u>
		<u><u>698.384</u></u>	<u><u>414.801</u></u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e reforços de reservas legal e estatutárias	14	<u>1.663.737</u>	<u>1.498.691</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	25	<u>(54.077)</u>	<u>(56.074)</u>
Reduções de capital e de reservas estatutárias	14	<u>(1.931.463)</u>	<u>(1.778.008)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u><u>(1.985.540)</u></u>	<u><u>(1.834.082)</u></u>
		<u><u>(321.803)</u></u>	<u><u>(335.391)</u></u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		3.756.888	(1.181.452)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	27.837.413	29.018.865
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	31.594.301	27.837.413

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Silvia Maria Ferreira Almeida*

A DIRECÇÃO

*João José de Jesus*  
*João Luís de Jesus*

## NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. ("SPA") é uma cooperativa de responsabilidade limitada sem fins lucrativos, com sede em Lisboa e constituída em 1925. É-lhe reconhecida a utilidade pública, conforme despacho ministerial de 28 de Junho de 1984. O seu objecto social é a gestão do direito de autor e a defesa e promoção de bens culturais. A sua actividade principal consiste na administração, em representação dos seus cooperadores, beneficiários e membros de sociedades estrangeiras congêneres, das obras literárias e artísticas de cujos direitos de autor estes sejam titulares.

O quadro jurídico-institucional de funcionamento da SPA apoia-se em termos de legislação nacional no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85 e alterado pelas Leis n.º 45/85, de 17 de Setembro, e 114/91, de 3 de Setembro, e Decretos-Lei n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto e pela Lei n.º 24/2006 de 30 de Junho e pela Lei n.º 16/2008, de 1 de Abril, bem como no Código Cooperativo. Em termos internacionais, a actividade da SPA inscreve-se no âmbito da Convenção de Berna de 1886 e na Convenção Universal de 1952, ambas revistas em 1971.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção, na reunião de 13 de Março de 2012.

É da opinião da Direcção que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da SPA, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

Conforme referido na Nota Introdutória, a SPA é uma cooperativa de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos. Por esse facto, as suas políticas contabilísticas diferem em alguns aspectos daquelas que são definidas no Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"), como segue:

- Para fazer face às responsabilidades com o pagamento de pensões aos cooperadores e cônjuges sobreviventes (Nota 3.11), a SPA retém comissões de determinados direitos, as quais conforme definido nos seus estatutos (art.º 55º e 56º) são registadas directamente em capital próprio (Notas 14 e 27). Em cada um dos exercícios, aquela reserva é utilizada pelos montantes pagos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes. A responsabilidade anual máxima deste benefício atribuído aos cooperadores da SPA e cônjuges sobreviventes está limitada a 10% dos direitos de execução recebidos em cada exercício, sendo que o direito ao referido benefício não poderá ultrapassar o limite de 10% e poderá ser proporcionalmente reduzido se o valor resultante da aplicação desta percentagem for inferior ao montante do subsídio a pagar. Nestas circunstâncias, a Direcção e os seus consultores jurídicos consideram que o valor daquelas responsabilidades anuais está limitado ao montante das comissões anualmente deduzidas e afectas àqueles compromissos.

Handwritten marks: "12", "AR", and a triangle symbol.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da SPA, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, com excepção do referido na Nota 2.

#### 3.2- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos tangíveis	6 - 8

As obras de arte e a biblioteca, incluídas nos Outros activos fixos tangíveis, não se encontram a ser depreciadas.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.



### 3.3- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário das operações.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante a sua vida útil, estimada em 50 anos.

### 3.4- Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, dizem respeito a software e são amortizados pelo método das quotas constantes, no período de vida útil, estimado em 8 anos.

### 3.5- Imparidade de activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento da SPA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.6- Activos e passivos financeiros

#### Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a SPA se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

#### Activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar.

#### Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo, com prazo de vencimento inferior a 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis, com risco insignificante de alteração de valor.

#### Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a avaliação de indícios de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta é revertida por resultados. A reversão é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.



#### Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A SPA desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a SPA reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A SPA desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **3.7- Trabalhos para a própria entidade**

Os gastos internos (essencialmente mão-de-obra) incorridos na formação dos activos intangíveis são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração dos resultados, na rubrica "Trabalhos para a própria entidade".

#### **3.8- Provisões, passivos contingentes e activos contingentes**

São reconhecidas provisões apenas quando a SPA tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **3.9- Rédito**

O rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados (Área de Letras e Artes, Reprodução Mecânica e Licenciamento e Novas Tecnologias) é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que é efectuada a sua distribuição, com excepção dos direitos de autor cobrados pela Execução Pública que são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a cobrança efectiva dos direitos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a SPA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.10- Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes facturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados como activos e passivos.

### 3.11- Benefícios pós-emprego

A SPA tem as seguintes responsabilidades assumidas:

(i) Compromissos perante empregados

#### **Planos de benefícios definido**

A SPA adoptou como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades por pagamento de complementos de pensões de reforma, as disposições da NCRF 28 – Benefícios dos empregados (“NCRF 28”).

Os custos com complementos de reforma foram registados na rubrica “Gastos com o pessoal”, conforme previsto pelo NCRF 28, com base nos valores determinados nos estudos actuariais.

#### *Aposentados, pré-reformados e reformados*

A SPA assumiu a obrigação construtiva de pagar complementos de reforma aos seus empregados que se encontrem aposentados, pré-reformados e reformados.

Assim, com base num estudo actuarial, elaborado de acordo com métodos e pressupostos actuariais geralmente aceites, foram estimadas as responsabilidades da SPA à data do balanço relevadas na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós-emprego” (Nota 16).

#### *Activos*

Em conformidade com o art. 77º do Acordo de Empresa, a SPA assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados no activo, na data da reforma, dois meses de remuneração base, acrescidos das anuidades, até então vencidas sem descontos.

Adicionalmente, de acordo do art. 76º do Acordo de Empresa, todos os trabalhadores da SPA no activo, com vínculo contratual efectivo, ao atingirem 34 anos de antiguidade de serviço poderão: (i) cessar o contrato de trabalho com uma compensação, no mínimo, de 60% da remuneração base (apenas para os trabalhadores que ingressaram na SPA até 31 de Dezembro de 1979); ou (ii) permanecer ao serviço da SPA com um aumento único de 7% sobre a sua remuneração base (apenas para os trabalhadores que ingressaram na SPA até 31 de Dezembro de 1983).

Estas responsabilidades foram quantificadas, com recurso a um estudo actuarial à data do balanço, tendo as mesmas sido relevadas na rubrica “Responsabilidade por benefícios pós-emprego” (Nota16).

O estudo actuarial obtido, reportado a 31 de Dezembro de 2011, elaborado por uma entidade independente e especializada, utilizou o seguinte método de cálculo:

- Pensão de Velhice: *Projected Unit Credit*;
- Pré-reformados e aposentados: Valor actual do prémio único de rendas temporárias até aos 65 anos;

- Reformados: Valor actual do prémio único de uma renda vitalícia imediata.

Os pressupostos e bases técnicas e actuariais utilizados foram os seguintes:

Taxa de crescimento salarial da Segurança Social	3,0%
Taxa de desconto	5,0%
Taxa de crescimento de pensões	2,0%
Tábua de mortalidade (reformados, aposentados e pré-reformados)	TV 88/90
Número de pensões pagas anualmente:	14

(ii) Compromissos perante cooperadores

A SPA assumiu o compromisso de efectuar o pagamento, aos cooperadores e cônjuges sobreviventes que tenham cumprido determinadas condições, de uma quantia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes. De acordo com um parecer dos consultores jurídicos da SPA, estes benefícios assumem a natureza de um plano de contribuição definido. Para fazer face a este compromisso, a SPA retém comissões de determinados direitos, as quais conforme definido nos seus estatutos são registadas directamente em capital próprio (Nota 14). Em cada um dos exercícios, aquela reserva é utilizada pelos montantes pagos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes.

### 3.12- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

### 3.13- Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, detalha-se conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerário	23.944	16.234
Depósitos bancários	<u>33.075.357</u>	<u>30.571.180</u>
Caixa e depósitos bancários	33.099.301	30.587.413
Depósitos cativos	(1.505.000)	(2.750.000)
Caixa e seus equivalentes	<u>31.594.301</u>	<u>27.837.413</u>

Os "Depósitos cativos" referem-se a depósitos que não se encontram disponíveis para uso da SPA, em resultado da garantia prestada ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (Nota 28).

Os depósitos bancários em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, incluem depósitos a prazo, como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
BPI	-	3.000.000
Santander Totta	2.000.000	-
Montepio Geral	2.500.000	4.000.000
BES	1.500.000	1.000.000
Millennium BCP	15.880.000	13.380.000
BANIF	750.000	1.750.000
	<u>22.630.000</u>	<u>23.130.000</u>

#### 5. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

#### 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em Euros)

2011							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
<b>Activo bruto:</b>							
Saldo inicial	2.137.500	6.662.500	365.838	151.477	1.097.942	736.825	11.152.082
Aquisições	-	-	-	-	121.235	19.412	140.647
Alienações e abates	-	-	(2.141)	(151.477)	(59.484)	(30)	(213.131)
Saldo final	2.137.500	6.662.500	363.698	-	1.159.693	756.207	11.079.598
<b>Depreciações acumuladas:</b>							
Saldo inicial	-	503.998	365.838	151.477	923.460	58.733	2.003.505
Depreciações do exercício (Nota 24)	-	251.999	-	-	160.596	20.043	432.638
Alienações e abates	-	-	(2.141)	(151.477)	(59.444)	(30)	(213.091)
Saldo final	-	755.996	363.698	-	1.024.612	78.746	2.223.052
Activo líquido	2.137.500	5.906.504	-	-	135.080	677.462	8.856.546

2010							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
<b>Activo bruto:</b>							
Saldo inicial	2.137.500	6.662.500	367.600	207.753	1.097.773	727.621	11.200.747
Aquisições	-	-	-	-	46.587	9.205	55.792
Alienações e abates	-	-	(1.762)	(56.276)	(46.418)	-	(104.456)
Saldo final	2.137.500	6.662.500	365.838	151.477	1.097.942	736.825	11.152.083
<b>Depreciações acumuladas:</b>							
Saldo inicial	-	251.999	367.600	207.753	845.421	40.641	1.713.414
Depreciações do exercício (Nota 24)	-	251.999	-	-	119.104	18.092	389.195
Alienações e abates	-	-	(1.762)	(56.276)	(41.066)	-	(99.103)
Saldo final	-	503.998	365.838	151.477	923.460	58.733	2.003.505
Activo líquido	2.137.500	6.158.502	-	-	174.483	678.092	9.148.577

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi como segue:

2011			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	197.875	590.000	787.875
Aquisições	-	-	-
Saldo final	197.875	590.000	787.875
Depreciações acumuladas:			
Saldo inicial	-	45.989	45.989
Depreciações do exercício (Nota 24)	-	23.961	23.961
Saldo final	-	69.950	69.950
Activo líquido	197.875	520.050	717.924

2010			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	172.500	517.500	690.000
Aquisições	25.375	72.500	97.875
Saldo final	197.875	590.000	787.875
Depreciações acumuladas:			
Saldo inicial	-	22.511	22.511
Depreciações do exercício (Nota 24)	-	23.478	23.478
Saldo final	-	45.989	45.989
Activo líquido	197.875	544.011	741.886

Nas propriedades de investimento estão registadas a Casa António Gião, localizada em Reguengos de Monsaraz, e a Casa Rebordão Navarro, localizada na Foz do Douro.

## 8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi como segue:



2011			
	Software	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Activo bruto:</b>			
Saldo inicial	1.232.023	76.889	1.308.912
Aquisições	-	422.418	422.418
Saldo final	<u>1.232.023</u>	<u>499.307</u>	<u>1.731.330</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>			
Saldo inicial	12.834	-	12.834
Amortizações do exercício (Nota 24)	154.003	-	154.003
Saldo final	<u>166.836</u>	<u>-</u>	<u>166.836</u>
Activo líquido	<u>1.065.187</u>	<u>499.307</u>	<u>1.564.494</u>

2010			
	Software	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Activo bruto:</b>			
Saldo inicial	-	1.069.594	1.069.594
Aquisições	-	239.318	239.318
Transferências	1.232.023	(1.232.023)	-
Saldo final	<u>1.232.023</u>	<u>76.889</u>	<u>1.308.912</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>			
Saldo inicial	-	-	-
Amortizações do exercício (Nota 24)	12.834	-	12.834
Saldo final	<u>12.834</u>	<u>-</u>	<u>12.834</u>
Activo líquido	<u>1.219.189</u>	<u>76.889</u>	<u>1.296.078</u>

O valor dos Activos intangíveis em curso refere-se à fase ainda não concluída dos programas informáticos SGS e ERP.

As adições dos Activos intangíveis em curso incluem o valor de 266.685 Euros e 104.696 Euros, em 2011 e 2010, respectivamente, que corresponde à capitalização das horas dispendidas pelos departamentos envolvidos.

## 9. IMPOSTOS

A SPA está isenta de pagamento de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do disposto na Lei n.º 151/99 de 14 de Setembro, estando também isenta de Imposto sobre o Valor Acrescentado nos termos do Decreto-Lei n.º 394 – B/84, de 26 de Dezembro.

10. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos com clientes tinham a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Saldos devedores:</u>		
Clientes, conta corrente (a)	<u>9.486.743</u>	<u>8.818.027</u>
<u>Saldos credores:</u>		
Clientes, facturas em conferência (a)	<u>11.672.542</u>	<u>11.328.209</u>

- (a) Os direitos autorais são facturados aos clientes por conta dos autores, sendo a contrapartida dessa facturação registada na rubrica "Clientes, facturas em conferência". Esta rubrica é reduzida pela cobrança dos direitos autorais por contrapartida da rubrica "Fornecedores – Direitos a distribuir" (Nota 11).

11. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos com fornecedores tinham a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Saldos devedores:</u>		
Adiantamentos a fornecedores:		
Autores (a)	<u>1.414.393</u>	<u>1.422.590</u>
<u>Saldos credores:</u>		
Fornecedores - conta corrente:		
Autores (b)	8.592.710	8.097.442
Sociedades Estrangeiras (b)	<u>9.462.630</u>	<u>7.895.541</u>
	<u>18.055.340</u>	<u>15.992.983</u>
Fornecedores - Direitos a distribuir (c)	<u>27.319.542</u>	<u>27.220.289</u>
	<u>45.374.882</u>	<u>43.213.272</u>

- (a) Os valores incluídos nesta rubrica referem-se a adiantamentos por conta de direitos a distribuir.
- (b) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respectivos titulares.
- (c) Direitos já cobrados e pendentes de pagamento, aguardando a identificação dos respectivos titulares.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de Outras contas a receber estavam detalhadas da seguinte forma:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em Euros)

	2011			2010		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Outras operações com o pessoal	57.437	-	57.437	1.863.679	-	1.863.679
Acréscimos de rendimentos	298.466	-	298.466	200.627	-	200.627
Direitos a receber de delegados	269.538	(129.577)	139.961	237.035	(109.965)	127.070
Outros	5.099	-	5.099	14.060	-	14.060
	<u>630.541</u>	<u>(129.577)</u>	<u>500.964</u>	<u>2.315.401</u>	<u>(109.965)</u>	<u>2.205.436</u>

A rubrica “Outras operações com o pessoal” em 2010, incluía o montante de 1.806.242 Euros referente à caução do processo da Dra. Catarina Rebelo, devolvido no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram reconhecidos 25.610 Euros de perdas por imparidade em dívidas a receber.

13. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de “Diferimentos” do activo e do passivo apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos:		
Licenças software	19.423	-
Seguros	11.769	11.063
Vigilância	9.095	8.947
Assistência técnica	7.667	42.560
Outros	6.931	18.765
	<u>54.885</u>	<u>81.335</u>
Diferimentos passivos:		
Fundo cultural AGE COP (a)	<u>132.232</u>	<u>456.050</u>

- (a) O valor de Fundo cultural AGE COP, em 2011 e 2010, respeita aos montantes de subsídio entregues pela Associação para a Gestão da Cópia Privada – AGE COP, com fins operacionais, nomeadamente a atribuição de verbas para desenvolvimento de projectos que forem tidos por convenientes pelos associados e que se enquadrem nas finalidades previstas na Lei e que não foram atribuídos nos exercícios.  
Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foram atribuídas subsidiaçãoes a projectos no total de 323.818 Euros e 252.700 Euros, respectivamente.  
A partir do ano de 2011, a subsidiação foi deduzida nos respectivos gastos na demonstração de resultados na rubrica honorários (Nota 20).

14. CAPITAL PRÓPRIO

O capital realizado da SPA, de acordo com os respectivos estatutos, é variável, sendo no mínimo de 2.500 Euros. Em 31 de Dezembro de 2011, o capital encontra-se representado por 3.663 títulos, de valor nominal variável entre 0,5 Euros e 5 Euros. As entradas mínimas de capital a subscrever

integralmente por cada cooperador são de 25 Euros, representadas por 5 títulos nominativos de 5 Euros cada.

No caso de falecimento de cooperadores, os títulos subscritos serão reembolsados aos respectivos herdeiros, segundo o seu valor nominal corrigido nos termos do n.º 4 do artigo 23º do Código Cooperativo.

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital foi aumentado em 600 Euros, representado por 120 títulos nominativos de valor nominal de 5 Euros cada um, totalmente subscrito e realizado em dinheiro, pelos cooperadores admitidos nesta condição durante o exercício de 2011, como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	12.337	11.681
Aumentos:		
Admissão de novos cooperadores	600	850
Diminuições:		
Falecimento de cooperadores	(91)	(194)
Saldo final	<u>12.846</u>	<u>12.337</u>

**Reserva legal** - O artigo 54º dos estatutos da SPA estabelece que 90% do valor das jóias pagas pelos cooperadores, quando admitidos enquanto tal, têm de ser destinados ao reforço da reserva legal e 90% do valor dos excedentes anuais líquidos têm de ser destinados ao reforço desta reserva. Esta reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos. A Direcção tem optado por aplicar os excedentes líquidos na cobertura dos seus resultados líquidos negativos. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram admitidos 24 e 34 cooperadores, respectivamente, tendo cada uma deles pago uma jóia de 150 Euros.

**Reservas estatutárias** - Os estatutos da SPA, nos seus artigos 55º e 56º, estabelecem a constituição das seguintes reservas:

**Reserva para a educação e formação cooperativa** – destina-se a cobrir as despesas com essas actividades, e com a formação cultural e técnica dos cooperadores e dos empregados da SPA. Esta reserva constitui-se através das seguintes dotações:

- Dez por cento do valor das jóias pagas e dez por cento dos excedentes anuais líquidos;
- Pelos donativos e subsídios que forem especialmente destinados às finalidades da reserva.

**Reserva social** - que se destina:

- a assegurar aos cooperadores com idade superior a sessenta anos, que tenham sido admitidos nesta qualidade há mais de cinco anos e o requeiram à Direcção, uma quantia anual equivalente à média dos direitos que lhe tenham sido creditados nos dez anos em que esses direitos tenham atingido os valores mais elevados, e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes;
- a conceder subsídios aos cooperadores afectados de invalidez permanente, quando não se encontram abrangidos pela alínea anterior;
- a contribuir para a cobertura de outros riscos em benefício dos cooperadores.

Estas reservas constituem-se, essencialmente, através das comissões para fins assistenciais cobradas pela SPA que, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, corresponderam a 3% e 10% dos direitos de autor cobrados relativos a Representação e Edição e restantes direitos, com excepção dos direitos de Reprodução Mecânica e Direitos Conexos, respectivamente.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Montantes expressos em Euros)

Os aumentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 nas reservas estatutárias resultam das deduções efectuadas ao longo do exercício ao valor dos direitos autorais cobrados, de comissões para fins assistenciais ou culturais, de acordo com o artigo 44º dos estatutos, as quais atingiram nos referidos exercícios os montantes de 1.659.897 Euros e 1.493.250 Euros, respectivamente, e têm a seguinte composição:

	2011	2010
Reserva para fins assistenciais	1.659.537	1.492.740
Reserva para a educação e formação cooperativa	360	510
	<u>1.659.897</u>	<u>1.493.250</u>

Quanto às diminuições, estas apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Direitos creditados a cooperadores e cônjuges sobreviventes (Nota 27)	1.827.108	1.682.152
Reserva para fins culturais (a)	65.438	53.339
Despesas de doença, com funerais, exames clínicos, seguros de vida e de acidentes pessoais de cooperadores	38.826	42.323
	<u>1.931.372</u>	<u>1.777.814</u>

- (a) Nesta rubrica são registadas despesas de diversas naturezas, relativas a manifestações ou eventos culturais promovidos ou participados pela SPA, incluindo as despesas suportadas com as primeiras audições de obras.

Outras variações no capital próprio (Doações) - Durante o exercício de 2010, foi doada à SPA a Casa Rebordão Navarro que com base numa avaliação de perito especializado e independente foi registada pelo valor de 97.875 Euros na rubrica de "Propriedades de investimentos" (Nota 7) por contrapartida desta rubrica.

Resultados transitados - No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Direcção da SPA, com base numa "Deliberação" que emitiu em 1 de Outubro de 2010, decidiu regularizar saldos de fornecedores referentes a direitos a distribuir com elevada antiguidade (saldos anteriores a 31 de Dezembro de 2003), no montante de 2.465.639 Euros, os quais foram registados em resultados transitados.

## 15. PROVISÕES

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões foram como segue:



	2011			Total
	Impostos	Processos judiciais em curso	Outras provisões	
Saldo inicial	498.977	588.403	105.734	1.193.114
Reversões	-	-	(168)	(168)
Utilizações	(126.699)	(7.500)	-	(134.199)
Saldo Final	372.278	580.903	105.566	1.058.747

	2010			Total
	Impostos	Processos judiciais em curso	Outras provisões	
Saldo inicial	569.757	1.407.406	107.688	2.084.852
Aumentos	55.919	76.618	-	132.537
Reversões	-	(895.621)	(1.954)	(897.575)
Utilizações	(126.699)	-	-	(126.699)
Saldo Final	498.977	588.403	105.734	1.193.114

### Provisões para impostos

No exercício de 2003, foram inspeccionados os exercícios de 1994 a 2002 em sede de Segurança Social, de que resultaram duas liquidações adicionais datadas de 23 e 24 de Abril de 2004, no total de 1.125.604 Euros, acrescidas de multas e juros no total de 983.924 Euros. A SPA efectuou diligências junto de diversas entidades estatais, no âmbito do Decreto-Lei nº 316/98 de 20 de Outubro de 1998 ("Procedimento extrajudicial de conciliação"), com o objectivo de propor um plano de pagamentos daquela dívida a médio e longo prazo e o perdão de multas e juros. No exercício de 2005, finalizou-se o "Procedimento extrajudicial de conciliação" (PEC) nº 508, pelo qual foram perdoados os juros vencidos e multas acima referidos, acordado o pagamento da dívida e juros vincendos em 150 prestações mensais e iguais desde Agosto de 2005, e aplicação de uma taxa anual de 2,5% para o cálculo dos juros vincendos. Em 31 de Dezembro de 2011, a SPA mantém uma provisão, registada na rubrica "Provisões para impostos", relativa a esta dívida no montante de 372.278 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2011, o plano de pagamentos era o seguinte:

Valor a pagar até 2016	307.094
Valor a pagar de 2017 a 2018	65.184
Valor total da responsabilidade	372.278

### Provisões para processos judiciais

A rubrica "Provisões para processos judiciais" tem como objectivo cobrir responsabilidades relacionadas com a actividade da SPA, e foi determinada, pela Direcção, com base na avaliação dos riscos que lhe estão subjacentes.

16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

De acordo com estudos actuariais obtidos no final de cada exercício, o valor actual das responsabilidades da SPA por serviços passados dos seus empregados aposentados, pré-reformados e reformados e no âmbito dos art.º 76º e 77º do Acordo de Empresa, é como segue:

	2011		Total
	Responsabilidades com pensões	Outras responsabilidades	
Saldo inicial	4.309.060	289.731	4.598.791
Aumentos	-	17.922	17.922
Reversões (Nota 22)	(878.411)	-	(878.411)
Utilizações	(73.349)	(64.988)	(138.337)
Saldo Final	3.357.300	242.666	3.599.965

	2010		Total
	Responsabilidades com pensões	Outras responsabilidades	
Saldo inicial	5.072.266	424.746	5.497.012
Aumentos (Nota 21)	-	61.483	61.483
Reversões (Nota 22)	(659.529)	(4.080)	(663.609)
Utilizações	(103.677)	(192.418)	(296.095)
Saldo Final	4.309.060	289.731	4.598.791

Durante o exercício de 2011 foram utilizados 73.349 Euros para pagamento de responsabilidades com a saída de 3 funcionários. As reversões referem-se às actualizações das responsabilidades pelos benefícios pós-emprego.

As Outras responsabilidades são compostas pelos compromissos assumidos pela SPA com os seus empregados no âmbito dos art. 76º e 77º do Acordo de Empresa nos montantes de 196.595 Euros e 46.071 Euros, respectivamente.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Estado e outros entes públicos estava detalhada da seguinte forma:

	2011	2010
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	844.664	584.153
Contribuições para a Segurança Social	99.990	104.587
	944.654	688.740

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a correcção por parte da Segurança Social, durante um período de cinco anos.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Outras contas a pagar estava detalhada da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Acréscimos de gastos	1.114.193	1.166.588
Fornecedores de investimento e diversos	240.591	307.065
Direitos a distribuir cobrados por Delegados	196.374	195.224
Comissões a pagar a Delegados	48.125	70.488
Outros	23.784	59.320
	<u>1.623.067</u>	<u>1.798.685</u>

A rubrica "Acréscimos de gastos" inclui o valor de 900.933 Euros e de 893.305 Euros, em 2011 e 2010, respectivamente, que se refere a remunerações a liquidar ao pessoal.

19. RÉDITO

O rédito reconhecido pela SPA em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é detalhado conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços prestados:		
Comissões sobre direitos autorais (a)	6.453.129	6.777.665
Comissões adicionais (b)	1.050.100	906.183
Outros	3.713	4.125
	<u>7.506.942</u>	<u>7.687.973</u>

(a) Este montante corresponde às comissões sobre os direitos autorais cobrados, de acordo com o artigo 52º dos estatutos da SPA.

(b) Este montante corresponde a um adicional de 10% sobre o valor dos direitos cobrados pelo departamento de delegados e correspondentes, suportado directamente pelos utilizadores de obras protegidas pela SPA.

20. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, detalha-se conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços especializados	743.570	784.316
Honorários (a)	310.076	425.081
Materiais	142.624	132.707
Energia e fluidos	135.238	108.985
Deslocações, estadas e transportes	108.232	118.258
Serviços diversos	432.413	320.397
	<u>1.872.153</u>	<u>1.889.744</u>

(a) Durante o exercício de 2010 estava registado nesta rubrica o valor de 252.700 Euros, referente a subsidiação de projectos da AGE COP.

21. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, detalha-se conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos órgãos sociais	38.136	64.575
Remunerações do pessoal	4.819.096	4.887.575
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos	230.286	222.229
Encargos sobre remunerações	966.490	935.491
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	23.450	31.535
Gastos de acção social	4.635	8.095
Outros	285.952	521.453
	<u>6.368.045</u>	<u>6.670.954</u>

O saldo da rubrica "Remunerações dos órgãos sociais", em 2011, corresponde às senhas de presença. Em 2010, esta rubrica incluía ainda a remuneração do Presidente da SPA.

A rubrica "Benefícios pós-emprego" refere-se aos pagamentos de complementos de pensões de reforma dos seus empregados reformados (Nota 16). As responsabilidades liquidadas aos empregados da SPA aposentados e pré-reformados estão incluídas na rubrica de "Remunerações do pessoal".

A rubrica "Outros", em 2011, inclui o valor de 17.922 Euros (Nota 16) referentes ao reforço da responsabilidade com benefícios pós-emprego (artº 76º e 77º do A.E.). Em 2010 esta rubrica incluía o reforço da responsabilidade com benefícios pós-emprego no valor de 61.483 Euros (Nota 16) e o montante de 204.650 Euros referente às indemnizações por despedimento.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, o número médio de pessoal ao serviço da SPA foi o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Activos	<u>163</u>	<u>162</u>

**22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares (a)	87.441	81.470
Ganhos com alienações de activos fixos tangíveis	45.500	12.798
Outros (b)	879.066	663.609
	<u>1.012.007</u>	<u>757.877</u>

- (a) Os valores registados nesta rubrica correspondem:
- ao valor cobrado pela inscrição de novos beneficiários;
  - ao valor cobrado pela SPA aos beneficiários pelo registo de obras. As declarações de obra são cobradas aos beneficiários até que estes atinjam um saldo médio de conta corrente de 299 Euros;
- (b) Nesta rubrica estão registadas as actualizações das responsabilidades pelos benefícios pós-emprego que em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, ascendiam a 878.411 Euros e 663.609 Euros, respectivamente (Nota 16).

**23. OUTROS GASTOS E PERDAS**

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Impostos	193.981	229.026
Quotizações	219.677	110.185
Outros	1.305	888
	<u>414.963</u>	<u>340.098</u>

**24. GASTOS DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES**

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	432.638	389.195
Propriedades de investimento (Nota 7)	23.961	23.478
Activos intangíveis (Nota 8)	154.003	12.834
	<u>610.602</u>	<u>425.507</u>



**25. JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES**

Os juros e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são detalhados conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros suportados:		
Outros financiamentos	19.929	19.929
Outros gastos de financiamento	34.148	36.145
	<u>54.077</u>	<u>56.074</u>

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são detalhados conforme se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros obtidos:		
Depósitos bancários	1.092.054	586.113

**26. PARTES RELACIONADAS**

De acordo com a NCRF 5 – Divulgações de partes relacionadas (“NCRF 5”) é obrigatória a divulgação de informação respeitante a transacções entre a entidade que reporta e indivíduos com poder de voto que lhes dê influência significativa sobre a entidade que relata, indivíduos chave da Administração ou Direcção.

Enquadram-se nesta situação, na SPA:

O Administrador, Sr. João Carlos Branco Lourenço, que também faz parte da Direcção da SPA, é Director do Novo Grupo de Teatro.

A entidade acima referida é Usuário da SPA ou seja, é facturada pela utilização de Direitos de Autor geridos pela SPA.

O Sr. João David Nunes, membro efectivo da Direcção da SPA, e que também é Assessor de Administração da SPA, através de um contrato de prestação de serviços da sua empresa, Estratégia Alternativa.

**27. OUTROS COMPROMISSOS FINANCEIROS**

A SPA assumiu o compromisso de conceder aos seus cooperadores com idade superior a 60 anos, que tenham sido admitidos nessa qualidade há mais de cinco anos, uma quantia anual equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos. Em caso de morte do cooperador, a SPA assegura o pagamento de metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes, ou aos que por lei lhe são equiparados. Os estatutos da SPA especificam que a sua Direcção tem competência para fixar com adequabilidade, razoabilidade e proporcionalidade uma comissão anual a deduzir nos direitos que forem anualmente cobrados pela SPA (“comissão para fins assistenciais”), para fazer face a estas responsabilidades.

Na opinião da Direcção, baseada num parecer dos seus consultores jurídicos, datado de 6 de Março de 2003, a responsabilidade anual máxima do benefício assistencial atribuído aos cooperadores da SPA e cônjuges sobreviventes está limitada a 10% dos direitos de execução recebidos em cada exercício, sendo que o direito ao referido benefício não poderá ultrapassar o limite de 10% e poderá ser proporcionalmente reduzido se o valor resultante da aplicação desta percentagem for inferior ao montante do subsídio a pagar. Nestas circunstâncias, a Direcção e

os seus consultores jurídicos consideram que o valor daquelas responsabilidades anuais está limitado ao montante das comissões anualmente deduzidas e afectas àqueles compromissos, pelo que entendem que os benefícios atribuídos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes assumem uma natureza idêntica à de um plano de contribuição definido, não sendo no seu entendimento necessário registar nas demonstrações financeiras quaisquer responsabilidades pelo referido pagamento.

Os estatutos da SPA (artigo 56º) definem a constituição de uma reserva, movimentada no capital próprio para fazer face aos pagamentos destes compromissos. No exercício de 2011, foram pagas pensões aos cooperadores e cônjuges sobreviventes de 1.827.108 Euros, tendo as reservas estatutárias sido utilizadas no mesmo montante (Nota 14).

28. GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a SPA tinha garantias apresentadas a terceiros, com o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
IGFSS (a)	1.308.529	3.051.564
Outras	14.964	14.964
	<u>1.323.493</u>	<u>3.066.528</u>

- (a) Para fazer face a esta garantia bancária prestada pelo Millennium BCP, foram constituídos depósitos a prazo obrigatórios, que totalizam 1.505.000 Euros e 2.750.000 Euros, em 2011 e 2010, respectivamente (Nota 4), os quais apenas poderão ser movimentados quanto a garantia bancária expirar (2018).

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Silvia Maria Ferreira Almeida*

A DIRECÇÃO

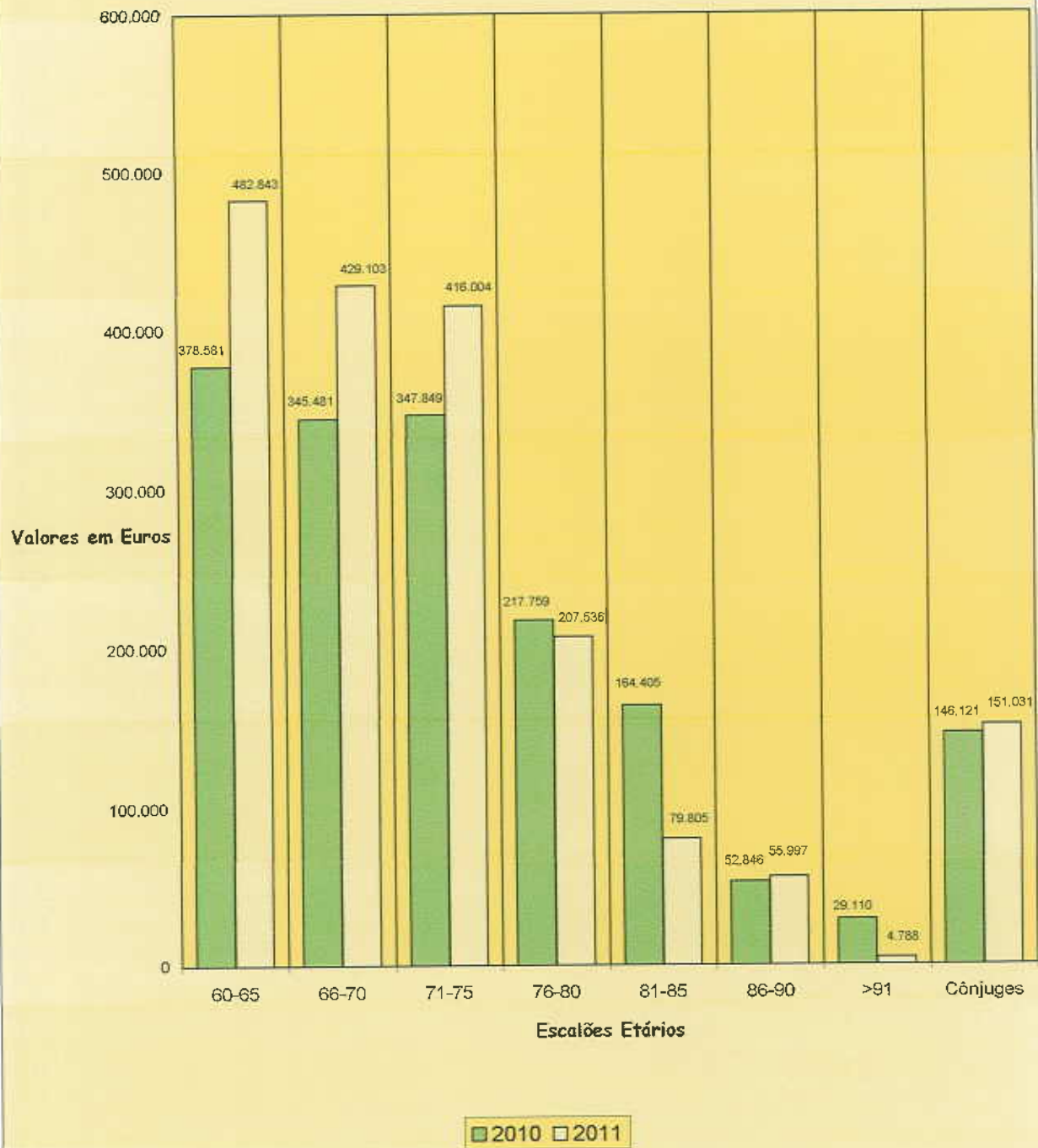
*João José Almeida*  
*João José Almeida*

( Valores em Euros )

<b>ENCARGOS ASSISTENCIAIS EM 2011</b>		
<b>Artº 56 - 1 dos Estatutos</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Direitos creditados a Cooperadores e Cônjuges sobrevivivos	1.682.152	1.827.108
Subsídio de Invalidez Permanente e custos com funerais	9.000	11.000
Seguro de Grupo (Vida, Acidentes Pessoais, Saúde, Exames Clínicos)	33.323	27.826
<b>Total</b>	<b>1.724.475</b>	<b>1.865.934</b>

<b>ACTIVIDADE CULTURAIS E SOCIAIS EM 2011</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Dia do Autor Português	14.893	26.818
Prémios Literários e de Música	748	249
Manifestações internacionais	2.509	3.626
Patrocínios Diversos	12.982	5.550
Auditório Carlos Paredes	21.938	12.261
Subsídio de Emergência	0	7.800
Gala do Fado	0	40.395
Outras Despesas	6.650	16.194
<b>Total</b>	<b>59.721</b>	<b>112.893</b>

## ASSISTÊNCIA A COOPERADORES



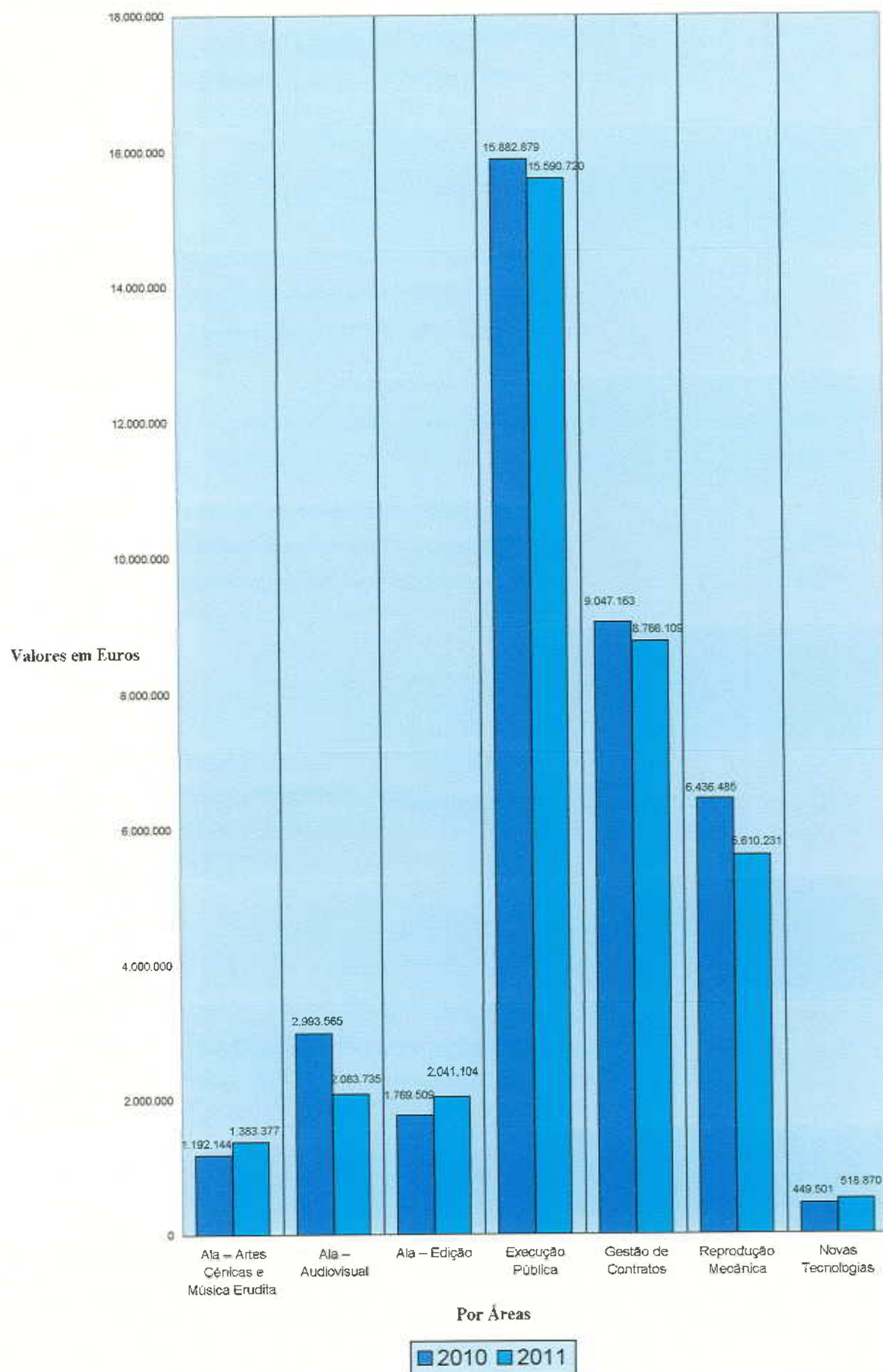
**DIREITOS DE AUTOR COBRADOS EM 2011**

( Valores em Euros )

<b><u>ALA – ARTES CÉNICAS E MÚSICA ERUDITA</u></b>		
Teatros	955.134	
Concertos + Ballet	428.243	<b>1.383.377</b>
<b><u>ALA – AUDIOVISUAL</u></b>		
Rádio	124.335	
Televisão	1.265.236	
Cinematografia	80.903	
Publicidade	613.262	<b>2.083.735</b>
<b><u>ALA – EDIÇÃO</u></b>		
Literária (incl. Ed. Papel música)	1.747.355	
Artes Plásticas	168.336	
Fotografia	46.495	
Software	78.919	<b>2.041.104</b>
<b><u>EXECUÇÃO PÚBLICA</u></b>		
Geral	13.300.725	
Televisão	47.344	
TV Cabo - Comunicação Pública	1.772.560	
TV Satélite - Comunicação Pública	298.720	
Videogramas	130.994	
Exibição Cinematográfica	40.377	<b>15.590.720</b>
<b><u>GESTÃO DE CONTRATOS</u></b>		
Televisão - Avença	4.256.540	
Rádio Nacional - Avença	848.626	
Rádio Local - Avença	199.208	
TV Cabo - Direitos Conexos	114.303	
TV Cabo - Direitos Autorais	3.347.435	<b>8.766.109</b>
<b><u>REPRODUÇÃO MECÂNICA</u></b>		
Fonogramas e Videogramas	4.852.229	
Cópia privada /Nacional	758.002	<b>5.610.231</b>
<b><u>NOVAS TECNOLOGIAS</u></b>		
Internet/Toques Tel.	518.870	<b>518.870</b>
<b>TOTAL</b>		<b>35.994.146</b>



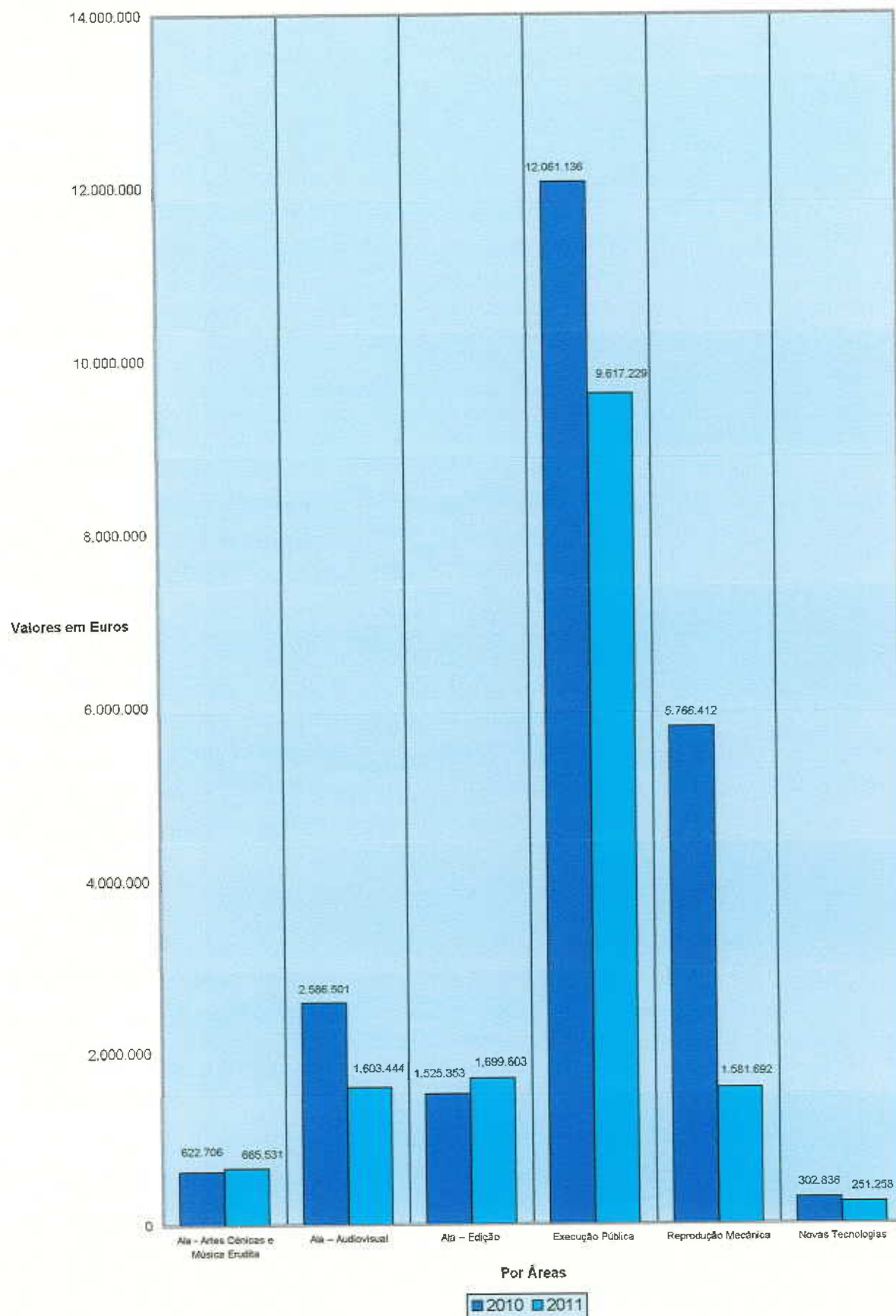
## DIREITOS DE AUTOR COBRADOS



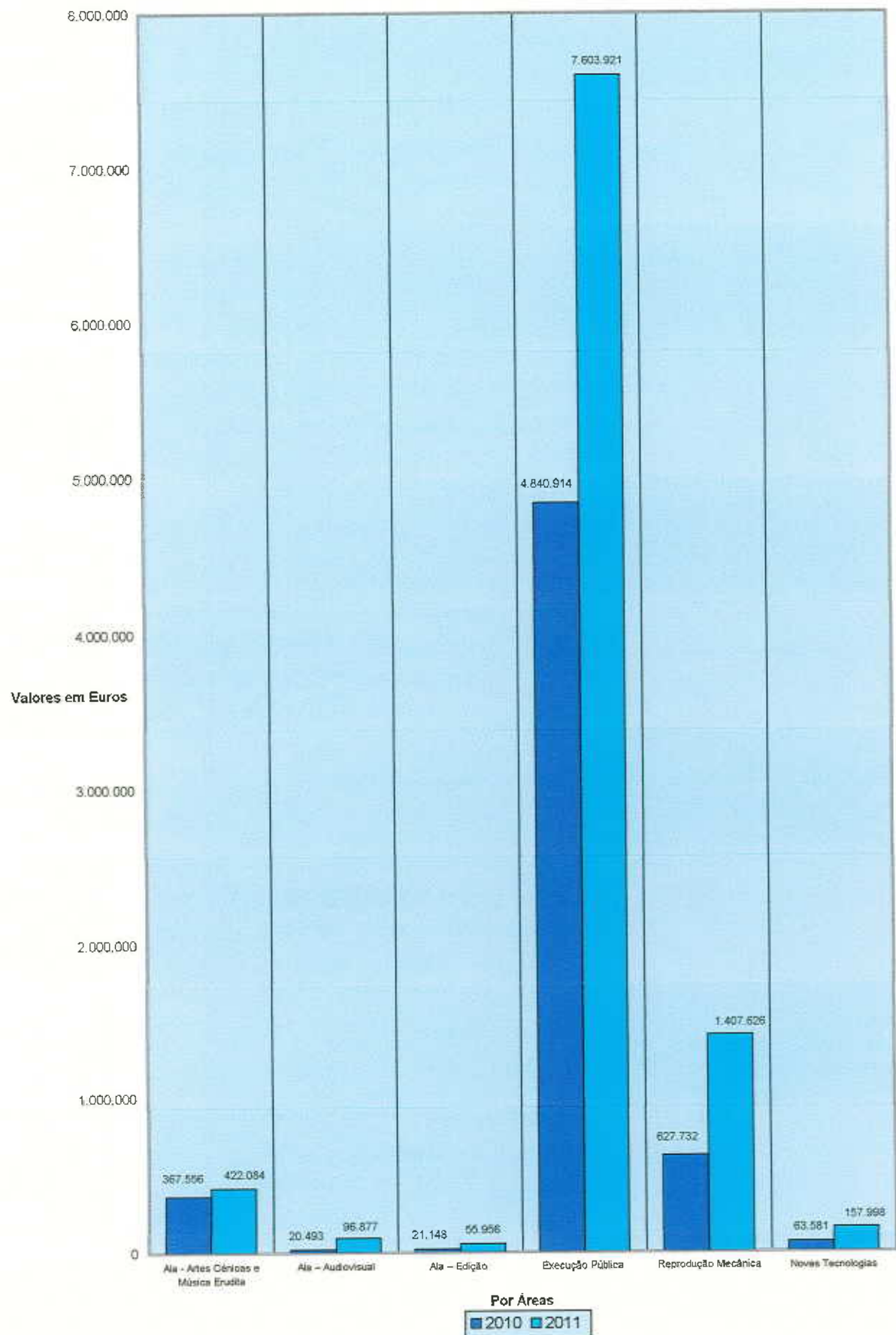
**DIREITOS DE AUTOR DISTRIBUÍDOS EM 2011**

	A NACIONAIS	A SOCIEDADES ESTRANGEIRAS	TOTAL
<b>ALA – ARTES CÊNICAS E MÚSICA ERUDITA</b>			
Teatros	497.142	231.354	
Concertos Sinfônicos e Ballet	168.389	190.730	
<b>Soma</b>	<b>665.531</b>	<b>422.084</b>	<b>1.087.615</b>
<b>ALA – AUDIOVISUAL</b>			
Cinematografia	59.662	15.339	
Rádio e T.V.	1.058.248	24.599	
Publicidade	485.535	56.940	
<b>Soma</b>	<b>1.603.444</b>	<b>96.877</b>	<b>1.700.321</b>
<b>ALA – EDIÇÃO</b>			
Literária, Grafica, Artes Plast, Fotografia	1.699.603	55.956	
<b>Soma</b>	<b>1.699.603</b>	<b>55.956</b>	<b>1.755.559</b>
<b>EXECUÇÃO PÚBLICA</b>			
Geral	5.247.295	3.732.146	
Rádio e T.V.	4.369.934	3.871.775	
TV Cabo / Direitos Conexos	0	0	
<b>Soma</b>	<b>9.617.229</b>	<b>7.603.921</b>	<b>17.221.150</b>
<b>REPRODUÇÃO MECÂNICA</b>			
Geral	1.427.967	1.266.119	
Cópia Privada	153.725	141.507	
<b>Soma</b>	<b>1.581.692</b>	<b>1.407.626</b>	<b>2.989.318</b>
<b>NOVAS TECNOLOGIAS</b>			
Internet/T. Tel	251.258	157.998	
<b>Soma</b>	<b>251.258</b>	<b>157.998</b>	<b>409.256</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.418.757</b>	<b>9.744.463</b>	<b>25.163.220</b>

## DIREITOS DISTRIBUÍDOS A NACIONAIS



## DIREITOS DISTRIBUÍDOS A ESTRANGEIROS

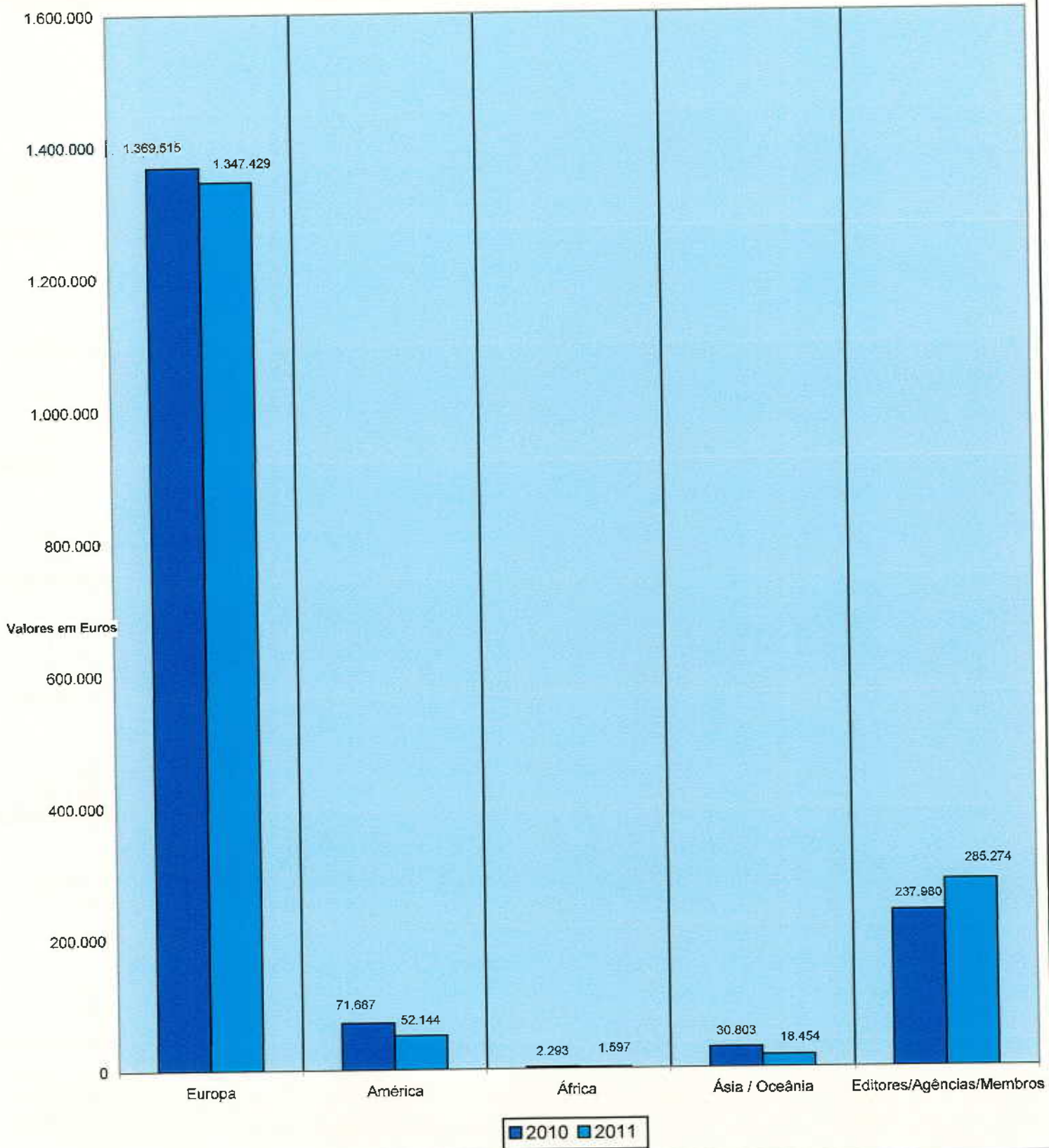


**MOVIMENTO DE SOCIEDADES ESTRANGEIRAS EM 2011**

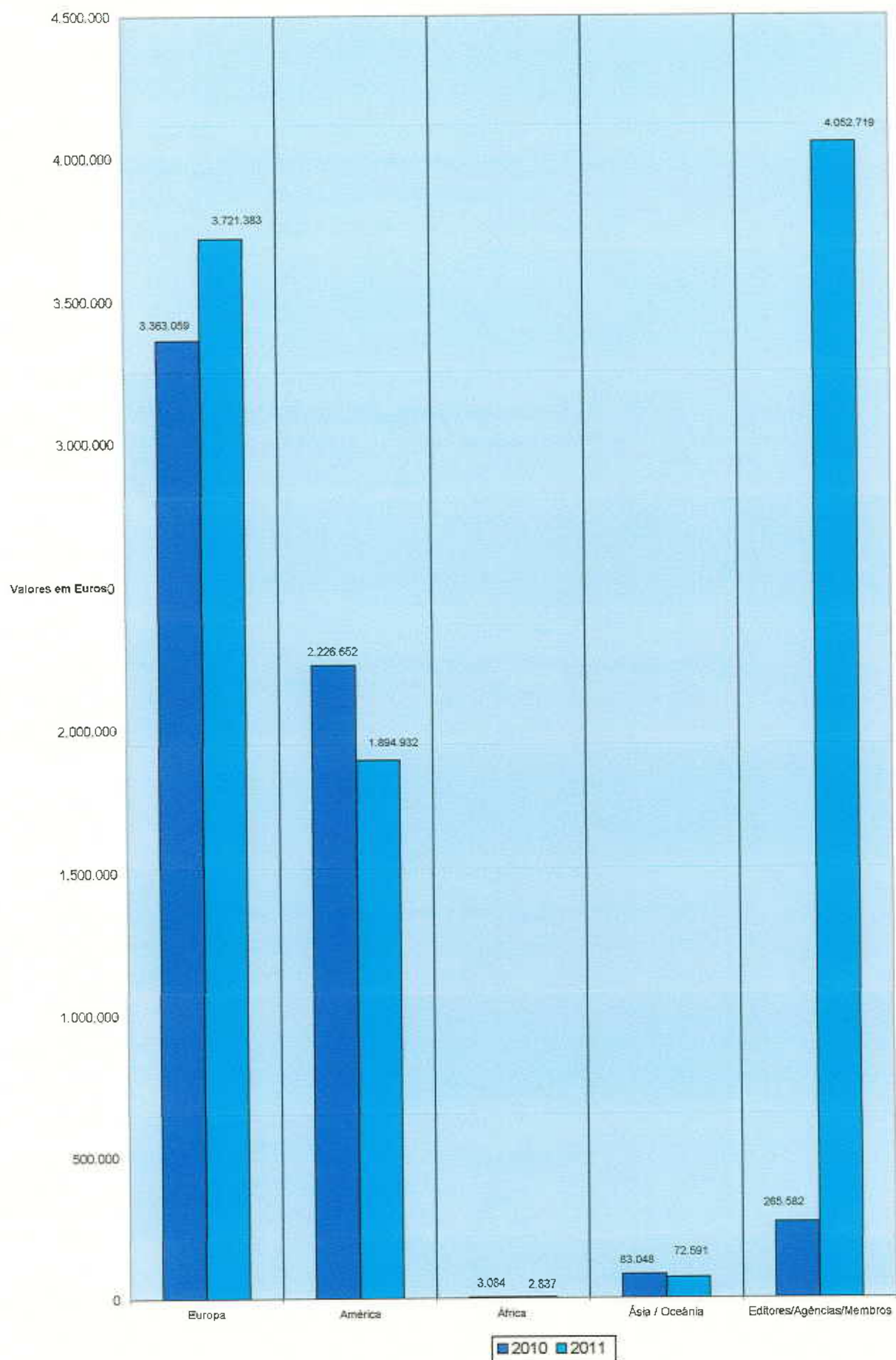
	DIREITOS RECEBIDOS	DIREITOS DISTRIBUIDOS
<b>EUROPA</b>		
ALEMANHA (GEMA, BILD-KUNST)	84.338	185.158,96
ÁUSTRIA (AKM, AUSTRO-MECHANA)	23.264	21.335,77
BÉLGICA (SABAM)	916	40.816,87
DINAMARCA (KODA, NCB)	9.099	45.542,98
ESPAÑA (SGAE, VEGAP)	78.653	941.945,33
FINLÂNDIA (TEOSTO)	10.636	7.793,45
FRANÇA (SACD, SACEM, SCAM, SDRM, ADAGP)	849.724	728.873,94
HOLANDA (BUMA, STEMRA)	45.111	83.540,82
INGLATERRA (PRS, MCPS, MRS, ALCS)	0	1.427.568,20
ITÁLIA (SIAE)	42.055	116.074,58
SUÉCIA (STIM)	11.398	50.773,88
SUIÇA (SUISA, SSA)	97.719	38.553,27
OUTROS PAÍSES	94.515	33.405,21
	<b>1.347.429</b>	<b>3.721.383</b>
<b>AMÉRICA</b>		
ARGENTINA (SADAIC)	1.494	45.433,90
BRASIL (ADDAF, AMAR, SADEMBRA, SBACEM, SBAT, SICAM, UBC)	4.202	212.826,76
CANADÁ (SOCAN, SODRAC)	18.556	90.250,42
ESTADOS UNIDOS (ASCAP, AMRA, BMI, H.FOX, SESAC)	26.341	1.538.357,49
MÉXICO (SACM)	118	4.923,18
VENEZUELA (SACVEN)	0	513,80
OUTROS PAÍSES	1.434	2.626,85
	<b>52.144</b>	<b>1.894.932</b>
<b>ÁFRICA</b>		
ÁFRICA DO SUL (SAMRO, SARRAL)	1.597	2.389,79
OUTROS PAÍSES	0	446,96
	<b>1.597</b>	<b>2.837</b>
<b>ÁSIA/OCEANIA</b>		
AUSTRÁLIA (APRA, AMCOS)	6.843	64.935,38
JAPÃO (JASRAC)	8.783	6.413,18
OUTROS PAÍSES	2.828	1.242,77
	<b>18.454</b>	<b>72.591</b>
<b>EDITORES / AGÊNCIAS / MEMBROS</b>	<b>285.274</b>	<b>4.052.719</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>1.704.899</b>	<b>9.744.463</b>



## DIREITOS DE AUTOR RECEBIDOS



## DIREITOS DE AUTOR DISTRIBUÍDOS



RELATÓRIO DE AUDITORIA  
E  
PARECER DO CONSELHO FISCAL

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. (“SPA”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de activo de 55.695.328 Euros e capital próprio negativo de 8.710.761 Euros, incluindo um resultado líquido de 532.406 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da SPA, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 a 6, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Reservas

4. Em consequência dos procedimentos e práticas contabilísticas adoptados pela SPA em exercícios anteriores, subsiste, em 31 de Dezembro de 2011, um conjunto de saldos relativamente aos quais, face à complexidade e natureza das situações e insuficiência da informação, não nos é possível averiguar a sua razoabilidade e quantificar qual o efeito de eventuais regularizações nas presentes demonstrações financeiras dada a sua antiguidade, nomeadamente:
  - (i) As rubricas de Clientes, conta-corrente e Clientes, facturas em conferência incluem saldos em aberto com elevada antiguidade nos montantes de, aproximadamente, 3.136.000 Euros e 2.830.000 Euros, respectivamente, dos quais alguns se encontram em contencioso e não apresentam movimentos contabilísticos nos últimos exercícios. Adicionalmente, as rubricas referidas incluem ainda saldos em aberto nos montantes de, aproximadamente, 1.390.000 Euros e 1.831.000 Euros, respectivamente, que não apresentaram movimentos contabilísticos no exercício;



- (ii) A rubrica de Fornecedores, conta-corrente inclui saldos no montante de, aproximadamente, 30.278.000 Euros, referentes a direitos a distribuir, dos quais, aproximadamente, 3.832.000 Euros respeitam a anos anteriores a 2008 e para os quais não obtivemos um detalhe por entidade beneficiária;
  - (iii) A rubrica de Adiantamentos a fornecedores inclui um montante de, aproximadamente, 658.000 Euros referente a pagamentos efectuados em exercícios anteriores a autores que, actualmente, não têm relações com a SPA ou que não tiveram movimentos contabilísticos no exercício.
5. Durante o exercício de 2010, a Direcção da SPA anulou por contrapartida da rubrica de resultados transitados, no capital próprio, uma responsabilidade contabilizada em exercícios anteriores (até 2003 inclusive) relativa a direitos a distribuir, no montante aproximado de 2.470.000 Euros, alegadamente por não conseguir determinar, com razoável certeza, as entidades beneficiárias. Nas presentes circunstâncias, pela falta de informação disponível, continua a não ser possível confirmar se, no futuro, poderão subsistir responsabilidades que venham a ser reclamadas.
6. Em 31 de Dezembro de 2011, o activo fixo tangível da SPA inclui o valor da sua biblioteca e de obras de arte, nos montantes de 275.000 Euros e 270.910 Euros, respectivamente, os quais não se encontram a ser depreciados. Não obtivemos informações sobre o método de avaliação considerado na sua valorização, bem como o correspondente detalhe da avaliação por obra. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto à razoabilidade daqueles montantes.
7. Conforme referido nas Notas 3.11, 14 e 27, a SPA mantém uma reserva estatutária, no montante de 2.393.187 Euros, fundamentalmente consignada a assegurar aos cooperadores com idade superior a sessenta anos que tenham sido admitidos nesta qualidade há mais de cinco anos e o requeiram à Direcção uma remuneração futura baseada nos valores dos direitos creditados embora sujeita à existência de verbas para o efeito. De acordo com os actuais normativos contabilísticos em vigor, dado que esta Reserva configura objectivamente uma responsabilidade para com os seus cooperadores a ser calculada por cálculo actuarial, o montante total deveria estar relevado no passivo (ascendendo a parcela de curto prazo a, aproximadamente, 1.931.000 Euros e a de médio e longo prazo a, aproximadamente, 462.000 Euros).

## Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 6 e com excepção dos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 7, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



## Ênfase

9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, apesar de, em 31 de Dezembro de 2011, o capital próprio ser negativo em 8.710.761 Euros e o passivo de curto prazo ser superior ao activo corrente. Em consequência, a continuidade das operações da SPA, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos, dependem: (i) da manutenção do actual apoio financeiro pelos seus credores; (ii) das medidas de saneamento financeiro a ser tomadas; e (iii) do sucesso futuro das suas operações.

Lisboa, 14 de Março de 2012



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Manuel Maria Reis Boto

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Aos Sócios da  
Sociedade Portuguesa de Autores C.R.L.  
Avenida Duque de Loulé, 31  
1069-153 LISBOA**

Nos termos da alínea c) do Artº 48 dos Estatutos da Sociedade Portuguesa de Autores (“SPA”), e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sociedade Portuguesa de Autores C.R.L. (“SPA” ou “Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os quais são da responsabilidade da Direcção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da SPA, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direcção e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

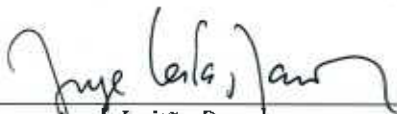
No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2011, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório da Direcção e da proposta nele incluída.

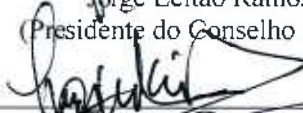
Apreciámos igualmente o Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras de 2011 apresentado pela Deloitte e Associados, SROC S.A., datado de 14 de Março de 2012, no qual fazemos fé.

Foi o Conselho Fiscal informado e nisso confia e insiste, que estão a ser cumpridas todas as exigências legais no que confere a pagamentos ao Estado e demais Instituições, bem como, nos contratos efectuados pela Sociedade.

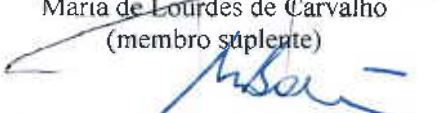
Face ao exposto, o Conselho Fiscal entende que após serem devidamente ponderados os temas referenciados no Relatório de Auditoria em anexo, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Direcção, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Sócios.

Lisboa, 14 de Março de 2012

  
\_\_\_\_\_  
Jorge Leitão Ramos  
(Presidente do Conselho Fiscal)

  
\_\_\_\_\_  
José Cabeleira  
(Vice-Presidente do Conselho Fiscal)

  
\_\_\_\_\_  
Maria de Lourdes de Carvalho  
(membro suplente)

  
\_\_\_\_\_  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Manuel Maria Reis Boto